

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 687 - Brasília, terça-feira, 12 de maio de 1998

CAS decide se libera o FGTS de servidores

A Comissão de Assuntos Sociais aprecia amanhã projeto que libera a movimentação do FGTS dos servidores que passarem do regime de CLT para regime jurídico próprio. Já o plenário analisa proposta que estende aos dependentes econômicos do empregado falecido o direito de ajuizar ações trabalhistas, observados os prazos de prescrição do direito.

Página 6



O plenário do Congresso, que se reúne às 19h, vota medidas provisórias que tratam de assuntos administrativos do governo federal

Projeto cria região na Amazônia

PÁGINA 4

Congresso reúne-se hoje com 11 MPs na pauta

Parcelamento de débitos com INSS, reestruturação da Eletrobrás e qualificação de entidades como organizações sociais são temas de algumas das principais medidas provisórias em exame

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 19h, com uma pauta composta de 11 medidas provisórias que tratam de assuntos administrativos. Três delas são consideradas essenciais para o governo - a que disciplina o parcelamento de débitos com o INSS, a que autoriza o Executivo a promover a reestruturação da Eletrobrás e a que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Esta última MP também extingue dois órgãos e cria o Programa Nacional de Publicização. Aguardam deliberação também medidas provisórias que instituem gratificações para servidores. **Página 3**

PROÁLCOOL



Palmeira e Lobão defendem reativação

Os senadores Guilherme Palmeira e Edison Lobão defenderam ontem em plenário a retomada do Proálcool. Palmeira propôs a convocação do ministro da Indústria, Comércio e Turismo,

José Botafogo Gonçalves, para explicar por que não funciona o grupo de trabalho de reativação do programa. Lobão previu que os Estados Unidos tomarão a liderança do setor até 2005. **Página 8**

Plenário aprecia projeto que altera planos de saúde

O plenário aprecia hoje o projeto de regulamentação dos planos e seguros de saúde. A proposta foi aprovada por unanimidade, na semana passada, pela Comissão de Assuntos Sociais, depois de um acordo feito entre líderes governistas e o relator da matéria, senador Sebastião Rocha. Durante a tramitação, o projeto sofreu modificações como a inclusão dos transplantes nos planos de saúde e a obrigatoriedade de cobertura de doenças como Aids e câncer. **Página 3**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe o senhor Tian Jiyun, vice-presidente da Assembleia Popular Nacional da China

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

19h - Preside Sessão Conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLS nº 93/93, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 42/98, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 959 milhões; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 43/98, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 1 bilhão; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 37/97, que dispõe sobre a base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal; quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 29/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banque National de Paris - BNP no valor equivalente a 7 milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites; discussão em turno único "Projeto de Resolução nº 30/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 51,3 milhões de dólares, junto ao Peene Werft GmbH (Programa de Reaparelhamento da Marinha); e "Requerimento nº 252/98, do senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o PLC nº 91/96, que legaliza a prática de jogos de azar, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais

19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas medidas provisórias, destacando-se: "MP nº 1.608-14, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991; "MP nº 1.648-7, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Rquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais; "MP nº 1.531-18, que autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e de suas subsidiárias; "MP nº 1.649-17, que dispõe sobre o número de cargos de direção e funções gratificadas das instituições federais do ensino superior, dos centros federais de educação tecnológica e das escolas agrárias federais; "MP nº 1.650-17, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do Banco Central do Brasil; "MP nº 1.651-42, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; "MP nº 1.652-42, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização - GDFA, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voto - GDACTA; "MP nº 1.653, que autoriza o Poder Executivo a abrir no orçamento da seguridade social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 2,5 milhões; "MP nº 1.617-50, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; "MP nº 1.618-52, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional

- NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND; "MP nº 1.619-43, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa; "MP nº 1.620-36, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real; "MP nº 1.621-34, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais; e "MP nº 1.622-34, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de funções de confiança existentes nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 135/95, que dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo zoneamento ecológico-econômico para uso alternativo do solo; "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; "PLS nº 202/96, que estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação por deficientes visuais; "PLS nº 118/95, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional e institui a Unidade Real de Valor - URV; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; "OFS nº 23/98, solicitação do governo de Mato Grosso sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 284 milhões; "OFS nº 33/98, solicitação do governo da Bahia para a revisão dos percentuais de limite do comprometimento do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 959 milhões; e "OFS nº 30/98, solicitação do governo de Rondônia referente ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 146 milhões. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo; e "PL nº 6/98-CN, que abre ao orçamento de investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petróbrás Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões; relatório ao "PL nº 9/98-CN; relatório ao "PL nº 7/98-CN; e relatório ao "PL nº 10/98-CN. *Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 131/98, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado o nome de Joaquim Augusto Whitaker Salles, ministro de segunda classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Quênia; "PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o governo do Brasil e o governo popular de Angola; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da convenção internacional sobre preparo, resposta e cooperação em caso de poluição por óleo; e "PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de integração cultural do Mercosul. *Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL

9h às 18h - Exposição de livros sobre o movimento filosófico-religioso *Seicho-No-Ie*

CAE examina cédulas especiais para deficientes

Projeto que trata da inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil é um dos pontos da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcada para hoje. A proposta, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), está tramitando em conjunto com projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT), que também estabelece padrões na confecção de cédulas e moedas metálicas, para possibilitar sua identificação por deficientes visuais.

Outro projeto em discussão na reunião de amanhã é o do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) que dispõe sobre a exploração da floresta e outras formas de vegetação arbórea na bacia amazônica, em áreas selecionadas pelo zoneamen-

to ecológico-econômico para uso alternativo do solo. A regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos, proposta da Câmara dos Deputados e que tem parecer contrário do relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), também está incluída na pauta.

Outra matéria constante da pauta da CAE é projeto do senador Bello Parga (PFL-MA) que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas. A comissão, que tem como presidente em exercício o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), também deverá analisar proposta do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que autoriza pessoas jurídicas de direito privado a conceder empréstimo em dinheiro mediante penhor de bens móveis.

ACM diz que decisão sobre STM deve ser respeitada

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a decisão que a Casa tomar sobre a indicação do ex-deputado e coronel da reserva João Batista Fagundes para vaga no Superior Tribunal Militar (STM) terá que ser respeitada.

- Se o Senado julgar que a indicação é válida, vota, e ele é nomeado. O STM manda lá. No Senado manda o Senado - disse.

Antonio Carlos enviou à Comissão de Constituição, Justi-

ça e Cidadania (CCJ) ofício do presidente do STM levantando a possibilidade de que a indicação - aprovada pela comissão na quarta-feira - venha a ser contestada judicialmente.

- O reexame da matéria será feito pela Comissão de Justiça - esclareceu o senador.

De acordo com o Regimento, a decisão final do caso caberá ao plenário, deliberando sobre o parecer da CCJ.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sívio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sívio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Plenário do Congresso Nacional volta a se reunir hoje

Extinção de cargos e regras para negociação de dívidas junto ao INSS são alguns dos temas tratados nas 11 MPs que constam da pauta

Congresso retoma votação de medidas provisórias

O plenário do Congresso se reúne hoje, às 19h, para votar as 11 medidas provisórias remanescentes das deliberações iniciadas no mês passado e que se enquadram nas exigências da reforma administrativa. O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), pediu ontem às lideranças partidárias que assegurem a presença de suas bancadas em plenário.

Estão na pauta três medidas provisórias essenciais para o governo: as MPs 1608-14, 1531-18 e 1648-07. A primeira dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas de contribuições sociais junto ao INSS. A segunda autoriza o Executivo a promover a rees-

truturação da Eletrobrás. E a terceira dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, cria o Programa Nacional de Publicização e extingue o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e a Fundação Roquette Pinto.

Aguarda votação a MP 1652-42, que cria as Gratificações de Desempenho de Fiscalização (GDAF) e de Proteção ao Voo (GDACTA). A MP 1587-09 também poderá ser votada, criando a Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Justiça (GFJ), a Gratificação de Atividade de Informações Estratégicas (GDI), a Gratificação de Atividade Fundiária (GAF) e a Gratificação Provisória (GP).

A MP 1632-11, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares pela Justiça em processos de reforma agrária, também consta da pauta, assim como a 1647-15, que regulariza a administração e a alienação de imóveis da União. Essa medida permitirá a venda de 3 milhões de imóveis de propriedade do governo.

A extinção de mais de 28 mil cargos é estabelecida pela MP 1606-08, que também autoriza o governo federal a iniciar o processo de extinção de outros 73 mil postos no serviço público. Já a MP 1613 altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

Senado aprecia projeto sobre planos de saúde

O plenário do Senado aprecia hoje a regulamentação dos planos e seguros de saúde. A matéria é resultado de ampla negociação que culminou na aprovação por unanimidade, semana passada, de parecer na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) propondo a supressão de dispositivos do substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que dispõe sobre o assunto. O relator na CAS, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), suprimiu ao todo nove trechos do substitutivo.

Rocha e o senador Romero Jucá (PFL-RR), articulador do governo na comissão, acreditam que a regulamentação do setor, que movimentou perto de R\$ 70 bilhões anuais, é urgente e trará benefícios aos usuários. O Senado, por estar apreciando a revisão realizada pela Câmara, não pode, nesta fase, apresentar mudanças no mérito da proposta, limitando-se à manutenção ou à rejeição integral, ou de dispositivos, do substitutivo da Câmara.

A CAS, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), modificou o texto

da Câmara em pelo menos quatro pontos considerados fundamentais por Sebastião Rocha. A proposta passou a incluir a cobertura de medicamentos de uso ambulatorial, de transplantes e de tratamentos de epidemias. Doenças de alta complexidade também devem ser amparadas pelos planos e seguros de saúde, um dos pontos que mereceu defesa veemente do relator.

Na prática, quem tiver plano ambulatorial poderá fazer hemodiálise, quimioterapia, exames e consultas sem restrição. Os planos são obrigados a atender epidemias de dengue, gripe, sarampo, entre outras. Transplantes de córnea e rins já estão garantidos e outros dependem de regulamentação posterior, assim como a cobertura de câncer e Aids.

As mudanças no Senado foram poucas, mas importantes, garantindo melhor equilíbrio entre as necessidades dos usuários e o mercado - afirma Rocha. O relator identifica como positivo o fato de a regulamentação determinar a cobertura de todas as doenças e lesões constantes na Classificação Estatística Internacio-

nal de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

O substitutivo da Câmara prevê ainda o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) quando os segurados forem atendidos pela rede pública. A cobertura a tratamento psiquiátrico a recém-nascidos e a filhos adotados também é garantida pela proposta, junto

com as internações, mesmo que na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), independente do tempo de duração.

Outros dispositivos que ficaram de fora da proposta devem ser incluídos em medida provisória, a ser editada junto com a sanção presidencial. Entre outras mudanças, os atendimentos de urgência e emergência, que pelo substitutivo da Câmara

têm carência máxima de três dias, devem ter o prazo reduzido para 24 horas. O órgão regulador do setor deve ser redefinido, saindo do controle da Superintendência dos Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda, para o Ministério da Saúde. Segundo Rocha, o governo ainda quer melhorar as regras para os aposentados.

Arruda defende alterações do relator

O senador e líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), adiantou seu voto favorável à aprovação, sem alterações, do projeto de lei que regulamenta os planos privados de saúde. Segundo Arruda, o projeto passou por uma grande negociação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que resultou num acordo em torno de melhoramentos que foram acrescentados ao texto original, mas que não exigem o seu retorno à Câmara dos Deputados. "Os aprimoramentos foram feitos com tal técnica legislativa que, se o projeto for aprovado, não terá que voltar novamente à Câmara dos Deputados", ex-



Arruda elogiou texto negociado pelo senador.

Arruda disse que, se houvesse emendas, ainda tramitaria um ou dois anos antes de ser aprovado e colocaria milhões de brasileiros que possuem planos privados de saúde à mercê da

falta de regulamentação, o que tem permitido abusos.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) revelou que, em virtude do diálogo desenvolvido na CAS, retirou as emendas que havia apresentado e passou a apoiar o entendimento de se aprovar o projeto e enviá-lo à sanção do presidente da República.

Arruda lembrou que vários outros senadores também retiraram emendas para facilitar o acordo em torno de um projeto que atendesse de 80% a 90% dos casos. Para Arruda, o mais importante é não fazer o jogo das más empresas. "A única lei do agrado delas é não ter lei nenhuma", afirmou.



Mauro: benefícios para Goiás

Mauro destaca atuação da Embrapa

Ao lembrar o transcurso dos 25 anos de existência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que ela cumpriu nesse período papel de grande relevância para a "afirmação do Brasil como um dos mais importantes exportadores mundiais de grãos". Diz, porém, que a contrapartida salarial não tem sido suficiente para compensar a dedicação de seus servidores.

— Graças ao trabalho, à dedicação e à competência de seus 2.096 pesquisadores, o Brasil alcançou uma posição de grande respeito no mercado mundial de commodities. A soja cresceu 360%; o milho, 128%; o trigo, 49%; o arroz e o feijão, 27%. Tudo isso aconteceu num período de tempo reduzido, coincidindo praticamente com a conquista dos cerrados no Centro-Oeste para a modernização da agropecuária — disse ele.

Para Mauro Miranda, o Centro-Oeste deve muito a esses técnicos, aos dirigentes e aos funcionários da Embrapa, a seu ver "um dos principais símbolos do novo perfil econômico da região".

— Cabe a nós, sobretudo os que representam estados com vocação agrícola como Goiás, lutar pelo fortalecimento da empresa, pela supressão de problemas que impedem a sua caminhada, e ficando ao lado desses idealistas que vivem enclausurados nos laboratórios para garantir sempre a melhoria da qualidade dos nossos alimentos — concluiu.

Projeto de lei complementar foi apresentado para melhorar a oferta de serviços públicos em municípios que ficam nas áreas de influência de Macapá e de Belém

Rocha propõe criação da região integrada do Amapá e Pará

Projeto de lei complementar apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa) e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas.

O senador esclarece que a proposição inspira-se na Lei Complementar nº 94/98, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), re-



Rocha inspirou-se em proposta do DF centemente sancionada pelo presidente da República.

A região integrada, explicou

o senador, vai beneficiar municípios dependentes de Macapá e de Belém no que diz respeito à oferta de serviços públicos.

Compõem a região integrada os municípios de Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Santana e Vitória do Jari, no estado do Amapá; e de Afuá, Almeirim, Anajás, Belém, Breves, Chaves, Gurupá, Prainha e Monte Alegre, no estado do Pará. Um conselho a ser criado pelo Poder Executivo terá

representantes dos estados e municípios abrangidos pelo Riapa.

Já o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas, se aprovado, vai estabelecer, mediante convênio, normas e critérios para uniformização de procedimentos relativos aos serviços públicos, incluindo tanto os serviços federais e os de responsabilidade de entes federais como aqueles afetos aos entes federados.

Distribuição de verbas na Amazônia preocupa Amorim

Para o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), as agências de fomento para a região amazônica discriminam o estado de Rondônia. O senador participou no último dia 8 de reunião realizada em Ji-Paraná (RO), com a presença de representantes da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do Banco da Amazônia S/A (Basa). Ele criticou os critérios de distribuição de recursos por tais entidades.

— Nos financiamentos para a região, Rondônia foi um dos estados menos favorecidos na distribuição desses recursos. A Sudam prestigiu o Pará em mais de R\$ 20 milhões. O mesmo foi feito para Mato Grosso, enquanto Rondônia ficou com apenas R\$ 2 milhões — explicou.

O senador afirmou que a Suframa, para agradar a interesses que ele desconhece, financiou a implantação de asfalto em pequenos trechos de rodovias no estado. Para Amorim, os valores estão superfaturados:

— O financiamento foi feito com o orçamento de R\$ 320 mil por quilômetro. Mas anali-

sando os 10% do convênio que já foram executados, percebe-se que o asfalto ali colocado não vale mais do que R\$ 60 mil o quilômetro.

Ernandes Amorim afirmou que é necessária a presença dos órgãos na região, mas com outros critérios. Ele reclamou da inexistência de um zoneamento econômico e ecológico para direcionar os investimentos. Segundo ele, os poucos recursos existentes são distribuídos mediante critérios políticos.

— Na hora em que o presidente Fernando Henrique esquecer da reeleição e dar prioridade aos interesses do povo brasileiro, tenho certeza de que bons critérios serão destinados à região — finalizou.



Amorim: prejuízos para Rondônia

Ministro explica restrições a fábrica na Zona Franca

O ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, enviou ofício ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para apresentar as razões que levaram seu ministério a indeferir pedido da Phillips da Amazônia para a instalação de fábrica de lâmpadas fluorescentes compactas na Zona Franca de Manaus. Em recente pronunciamento no plenário, o senador lamentou a decisão, argumentando que ela traria prejuízos ao estado do Amazonas, com a transferência do empreendimento para o município paulista de Caçapava.

De acordo com o ministro, o projeto da Phillips foi analisado por um grupo de trabalho integrado pelos ministérios do Planejamento, da Indústria, Comércio e Turismo, da Ciência e Tecnologia, além de pessoal técnico da própria Superintendência da Zona Franca (Suframa), cujo parecer afirma que a proposta "não atende minimamente exigências de conteúdo técnico de produção e escala". Pelo documento do ministério, a instalação da fábrica proporcionaria um retorno de R\$ 107 milhões à empresa, "com investimentos de pouco mais de meio milhão de reais", criando 60 empregos a partir de uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 20 milhões. Fica esclarecido também, pelo



Cabral espera resposta da Phillips

relatório, que o governo já solicitou à companhia a reformulação do projeto, o que até agora não ocorreu.

Bernardo Cabral ressaltou um ponto na análise do Ministério da Ciência e Tecnologia que considera grave e precisa ser explicado pela Phillips. Ele se refere à observação de que a aprovação do projeto poria em risco, por competição desleal, todo o parque fabril de lâmpadas já instalado no país. "Dada a gravidade do fato, solicitei da empresa um posicionamento diante da acusação", informou o senador.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lamentou que a atitude de Israel Vargas, de prestar informações ao Parlamento, não seja regra no governo. "O Poder Executivo precisa estar mais entrosado com o Legislativo", afirmou.

Senador diz que seria uma pretensão do Legislativo decidir, por meio de projeto de lei, sobre uma questão de cunho ético-moral e anuncia que apresentará emenda estabelecendo a consulta à população

Távola defende referendo sobre cassinos

Por considerar a legalização dos cassinos uma questão de cunho ético-moral, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu ontem a realização de um referendo sobre o assunto, caso o projeto seja aprovado pelo Senado, como já o foi pela Câmara. "A sociedade deve ser a última instância de decisão em temas de foro íntimo e de conteúdo muito controverso, como é o caso do aborto, da pena de morte ou do jogo", disse o senador.

Para Távola, seria uma pretensão do Legislativo decidir sobre um tema tão delicado, sob a forma de um projeto de lei que apenas requer maioria simples para sua aprovação. "Como estamos num ano eleitoral, essa maioria será sempre eventual, por isso defendo a necessidade de um referendo. Teremos eleições gerais em outubro e será fácil incluir mais



Távola: tema polêmico

essa consulta à população", ponderou. O senador reconhece haver argumentos poderosos para apoiar ou atacar a legalização dos jogos de azar. "Quem é favorável alega o incremento do turismo, a geração de empregos e a dinamização da economia como consequências da abertura de cassinos. Quem é contrário lembra os problemas de

dissolução familiar, alcoolismo e prostituição, considerados subprodutos dos cassinos", afirmou.

Além da obrigatoriedade do referendo, que pretende propor através de emenda, Távola sugeriu que cada estado tenha a palavra final sobre a instalação dos cassinos em seu território.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou desnecessário o referendo, argumentando que as pesquisas de opinião mostram ser a po-

pulação a favor dos cassinos. "Na semana passada, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma pesquisa indicando que 82% dos entrevistados são favoráveis ao jogo. A CEF é um grande cassino e os telefones 0800 trazem o jogo, pela televisão, para dentro das residências de todos", declarou.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) concordou com Lobão, acrescentando estar o jogo em cada esqui-



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

*Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-612211.*

A ligação é gratuita

José Carlos dos Santos, de Itaberá, São Paulo, quer informações sobre um projeto que acaba com a obrigatoriedade de as drogarias terem um farmacêutico responsável. A proposta, de autoria da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), está sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Marluce Pinto: O projeto surge a partir da observação da realidade brasileira. As pequenas drogarias, principalmente das localidades do interior do Norte e do Nordeste, não têm rentabilidade suficiente para pagar o salário de um técnico de curso superior. A legislação em vigor estabelece uma remuneração de quatro salários mínimos, mas já há um projeto que pretende aumentar o vencimento dos farmacêuticos para dez salários mínimos. Caso seja aprovada, essa proposta tornará inviável aos micro-empresários a manutenção de seus estabelecimentos.

É importante frisar, também, que não há necessidade de uma drogaria ter um técnico de cur-



Marluce tem projeto para drogarias

so superior como responsável, porque a maioria das farmácias não manipula fórmulas, mas apenas vende os remédios. Nesse caso, meu projeto determina a contratação de um técnico de nível médio, se o dono da farmácia tiver menos de dez anos consecutivos como proprietário do estabelecimento. Mas, se possuir a farmácia há dez anos ou mais, ele próprio poderá se responsabilizar pelos serviços prestados. Por outro lado, quando a farmácia atua na manipulação de medicamentos, a contratação de um farmacêutico responsável é obrigatória, segundo o projeto.

Caso seja aprovada a outra pro-

posta, que determina o aumento do salário dos farmacêuticos e exige que eles trabalhem 8 horas diárias em um mesmo estabelecimento, esses técnicos não vão mais poder responder por quatro ou cinco farmácias, como acontece hoje. Isso geraria um sério problema: a falta de farmacêuticos para atender ao número de drogarias existentes no país. Apenas nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais há número de técnicos de nível superior para corresponder ao número de farmácias. Se essa exigência for aprovada, vários estabelecimentos pequenos do interior terão que fechar as portas, prejudicando a população das localidades mais pobres do país que, para comprar um medicamento, precisarão se deslocar para cidades mais adiantadas, onde existem drogarias em funcionamento. Sei disso pela experiência como representante de um estado distante do Norte, que tem municípios bastante carentes, onde só existem micro-empresas, incapazes de atender às exigências de tal proposta.

Benedita diz que 21 de abril engloba quatro marcos históricos

O 21 de abril engloba, segundo a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), "quatro marcos históricos da identidade coletiva nacional que, à luz de uma interpretação não-maniqueísta, podem ser reunidos sob a metáfora da descoberta". Trata-se, explicou ontem a senadora, do 22 de abril do descobrimento do Brasil, e do 21 de abril de Tiradentes, da fundação de Brasília e do Dia dos Metalúrgicos.

A senadora recorreu à pintura de Vítor Meireles sobre a primeira missa em solo brasileiro, para destacar que "sua plasticidade nos remete necessariamente a uma idéia de batismo coletivo, de instalação original de nosso sagrado pacto social". Por outro lado, observou, também perdura no imaginário coletivo a idéia de um descobrimento resultante da conquista como ato de guerra e como projeto de redenção religiosa, em que "prevaleceria a concepção de uma terra maldita, fadada desde seu início ao fracasso".

Essa origem ambivalente teve eco na Inconfidência Mineira de 1792, acrescentou, quando Tiradentes e os inconfindentes recusaram a tirania e o autoritarismo em prol da justiça social e de uma nova ordem na distribuição da riqueza nacional.

Os outros dois significados do 21 de abril, segundo a senado-



Benedita destaca data

ra, enquadraram-se mais linearmente no grupo das grandes descobertas da história brasileira. "Brasília, sem abandonar seu ideal originário que propunha romper com as disparidades econômicas e as estratificações sociais do Brasil, funciona atualmente como um modelo organizacional de rara competência, sob a firme batuta do Partido dos Trabalhadores", afirmou. Finalmente, na sua data máxima, os metalúrgicos aguardam o reconhecimento do papel exercido na construção recente do país: "Seja na resistência à ditadura militar, seja no exemplar modelo mobilizador que difundiram, os metalúrgicos brasileiros nunca compactuaram com os desmandos do Estado, tampouco se submeteram à arrogância colonizadora das indústrias multinacionais", destacou.

Proposta de criação de Comissões Intersindicais de Conciliação, para desafogar Justiça do Trabalho, está na pauta da comissão, que analisa também projeto que transfere à negociação coletiva a fixação de regras de exercício profissional

CAS aprecia liberação de FGTS retido de servidor

Távola propõe desindexação em processos judiciais

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresentou projeto que acaba com a indexação de valores a serem pagos em processos judiciais – especialmente no pagamento de precatórios – e prevê a prescrição da cobrança de correção monetária no período de cinco anos.

Artur da Távola justifica que estão ocorrendo "absurdos jurídicos-financeiros inaceitáveis" na concessão de pagamentos de débitos pela Justiça, em consequência da aplicação de índices que corrigem os valores devidos de forma irreal.

Já no artigo 1º do projeto elimina, nos processos judiciais, as referências ou vínculos a unidades de conta ou a índices. A decisão judicial que condenar o vencido a pagamentos deverá referir-se à moeda nacional corrente e não mais a índices de correção. A atualização monetária da ação judicial, segundo o projeto, não está incluída no pedido.

Ficam vedadas as liquidações sucessivas de sentença e a extração de mais de um precatório para pagamento de valor decorrente de uma única ação judicial. Essa proibição não se aplica, contudo, aos precatórios extraídos em data anterior à entrada em vigor da nova lei, caso seja aprovada.

Nas disposições transitórias, o projeto prevê que as quantias relativas aos processos em curso, que estiverem fixadas em real ou em unidade monetária anterior, deverão ser corrigidas monetariamente uma única vez, de acordo com cinco critérios estabelecidos pelo senador. Um desses critérios estabelece que, se houver modificação da quantia principal do crédito, para mais ou para menos, deverá ser considerada a data da decisão judicial para efeito de pagamento e não a data da ação.

Com parecer favorável da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciará amanhã, em caráter terminativo, projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG) segundo o qual o funcionário público federal, estadual ou municipal, ao passar do regime de CLT para regime jurídico próprio, poderá movimentar seu FGTS.

O senador considera que a restrição ao saque das contas individualizadas do FGTS, quando o servidor público já se afastou do regime celetista, representa uma forma injusta de fortalecer o referido fundo. Para Francelino, a estabilidade dos servidores públicos torna desnecessária a obrigatoriedade de sua conta permanecer sem movi-

mentação por três anos, como estabelece a lei atual.

Também em caráter terminativo, deverá ser discutido o substitutivo do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) favorável ao projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que dispõe sobre a criação das Comissões Intersindicais de Conciliação (CICs). Essas comissões, de acordo com a proposta, terão a atribuição de "conciliar dissídios individuais de trabalho, antes ou logo após a sua instauração judicial, quando esses versarem sobre matéria passível de ser objeto de transação".

Arlindo Porto entende que as CICs poderão ter o efeito de desonerar o Judiciário, cujo acúmulo de ações tem gerado diversos transtornos.



Francelino é autor do projeto

As negociações entre empregados e empregadores também são o tema de projeto do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), que integra a pauta da CAS. Seu relator, o senador Osmar Dias (PSDB-PR), é a favor da sua aprovação. No entanto, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) entende

que a aprovação da matéria trará prejuízos para a classe trabalhadora. Por essa razão, ela apresentou voto em separado contra o projeto.

Segundo a proposta de Miranda, as negociações coletivas poderão dispor a respeito do exercício profissional, férias, jornadas de trabalho, períodos de descanso e horário noturno dos trabalhadores pertencentes às categorias de empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonía, operadores cinematográficos, serviço ferroviário, equipagens das embarcações da Marinha Mercante Nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca.

Plenário decide se dependente pode ajuizar ação trabalhista

O plenário do Senado deve votar amanhã projeto de lei da Câmara que estende aos dependentes econômicos de empregado falecido o direito de ajuizar ação trabalhista, observados os prazos de prescrição do direito de ação e obedecida a linha sucessória prevista no Código Civil. Ainda segundo o projeto, o dependente econômico que tenha vivido comprovadamente às custas de empregado falecido participará dos direitos pecuniários reconhecidos pela Justiça do Trabalho em igualdade de condições com os sucessores legiti-



Waldeck: parecer favorável

mos.

O projeto é de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES) e sofreu algumas

alterações na Câmara. Ele pretende adequar o texto da Consolidação das Leis do Trabalho a dispositivo constitucional sobre a prescrição no direito trabalhista e resguardar o direito ao acesso às anotações trabalhistas para fins de prova junto à Previdência Social – que, nessa hipótese, não prescreve.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais foi o senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA). Em seu parecer, o senador afirma que "a inclusão do dispositivo que estende aos dependentes eco-

nômicos do trabalhador o direito de pleitear a reparação de eventuais infringências aos dispositivos legais trabalhistas preenche uma grave lacuna existente em nossa Consolidação das Leis do Trabalho".

Waldeck afirma também que a Lei Orgânica da Previdência Social garante ao segurado o direito de designar, para fins de percepção de benefício, pessoa que viva sob sua dependência econômica, com a ressalva de que ela só fará jus às prestações na falta daqueles dependentes que enumera.

Odacir sugere cancelamento de punições após cinco anos

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto de lei propondo o cancelamento de penas disciplinares aplicadas a servidor público federal, "se, no decurso de cinco anos de efetivo exercício, ele não cometer nova infração disciplinar ou penal". Igual período de trabalho, sem falta, permitiria o abono das faltas ao serviço cometidas anteriormente por funcionário público civil da União, suas autarquias e fundações.

De acordo com o senador, a aplicação da pena tem função reparatória e educativa. Além

disso, argumenta, "a aplicação da pena disciplinar a funcionário nem sempre tem guardado a desejada proporcionalidade". Odacir destaca que seu projeto propõe o abono de faltas e o cancelamento das punições de advertência, repreensão e suspensão, desde que o servidor faça jus, por mérito próprio, à concessão do benefício.

Ao permitir o cancelamento das punições e o abono das faltas, nas condições que estabelece, a proposta "retoma a tradição de magnanimidade das administrações do passado, po-



Odacir quer retomar tradição

rém com maior equanimidade e senso de justiça, pois não concede o favor indiscrimina-

mente a todos, senão àqueles que o merecem", destaca o senador. O projeto, acrescenta, não contempla as punições graves de destituição de função, demissão ou cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, e nem a de multa.

Odacir propõe, ainda, que o cancelamento das punições e o abono das faltas "acarretarão a revisão de quaisquer atos deles decorrentes, exceto para os efeitos de promoção ou progressão funcional". Mas os benefícios não permitirão efeitos financeiros retroativos.

Prêmio instituído pelo Congresso Nacional no centenário da morte do poeta tem duas categorias

Monografias sobre Cruz e Sousa serão aceitas até sexta

O Senado já recebeu 12 trabalhos que concorrerão ao Prêmio Cruz e Sousa de Monografia, instituído pelo Congresso Nacional com o objetivo de estimular o debate sobre a importância da vida e da obra do poeta para a cultura brasileira, no ano em que se celebra o centenário de sua morte. O prazo para o envio das monografias termina no dia 15, sexta-feira.

Uma sessão do Congresso Nacional será especialmente convocada até o final do mês de junho para a entrega do Prêmio Cruz e Sousa e das menções honrosas. Todos os trabalhos selecionados serão publicados pelo Senado Federal, e os inscritos que tiverem trabalhos aceitos receberão certificado de participação.

Os integrantes da comissão que selecionará os trabalhos até o dia 1º de junho já foram escolhidos. São o romancista e poeta Gerardo Melo Mourão, o presidente da Comissão Estadual para as Celebrações do Centenário da Morte de Cruz e Sousa, Iaponan Soares, de Santa Catarina, e três parlamentares: os senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC) e o deputado Paulo Gouvêa (PFL-SC).

O Prêmio Cruz e Sousa foi criado por projeto de resolução de autoria dos senadores Abdias Nascimento e Esperidião Amin, aprovado pelo ple-



Abdias Nascimento e Esperidião Amin integram a comissão julgadora

nário no dia 29 de janeiro. O prêmio terá duas categorias: *Estudante*, para alunos de graduação e pós-graduação, e *Geral*, para poetas, escritores e outras pessoas interessadas, detentoras de nacionalidade brasileira. Em cada uma das categorias será escolhido um trabalho, que receberá o prêmio de R\$ 10 mil. Os classificados do 2º ao 5º lugares receberão menção honrosa.

As inscrições, individuais, deverão ser encaminhadas ao Conselho do Prêmio Cruz e Sousa, Diretoria Geral do Senado Federal, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília - DF. Para inscrever-se, o candidato deverá encaminhar um envelope lacrado contendo três cópias de monografia, inédita ou editada por qualquer meio, apresentada em língua portuguesa, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com até 80 páginas de 30 linhas com 70 caracteres.



A monografia poderá ser apresentada em *Word* para *Windows* e enviada em disquete juntamente com as cópias impressas. Num segundo envelope lacrado, o candidato deverá enviar cópia legível da carteira de identidade, endereço completo e comprovante de matrícula, no caso da inscrição para a categoria *Estudante*.

O regulamento prevê a obrigatoriedade de adoção de pseudônimo, que deverá constar da parte externa dos dois envelopes, sendo vedada a identificação do candidato. Também na parte externa dos envelopes, deverá constar a categoria. Para os trabalhos remetidos por via postal, vale a data do carimbo do Correio. Os interessados poderão obter a íntegra do Regulamento do Prêmio e outras informações junto ao gabinete do senador Abdias Nascimento, telefone (061) 311-4229 ou no endereço na Internet <http://www.senado.gov.br/web/senador/abdias/abdias.htm>.

Suplicy lança livro na Bienal Internacional de São Paulo

O último dia da XV Bienal Internacional do Livro de São Paulo foi marcado pela visita do senador Eduardo Suplicy e de sua mulher, a deputada Marta Suplicy. Centenas de pessoas estiveram no estande do Senado no domingo, quando Eduar-



Suplicy esteve na Bienal

do Suplicy lançou e autografou o livro *Atuação Parlamentar*, um registro de seus projetos apresentados de janeiro de 1991 a março deste ano. A deputada lançou, na ocasião, uma cartilha para mulheres candidatas a vereadoras, intitulada *Mulheres Sem Medo do Poder*.

A presença do Senado na Bienal foi avaliada como extremamente positiva pela presidente da

Comissão de Feiras de Livro, Maria Helena Ferreira. Ela destacou o interesse do público paulista e a oportunidade de divulgar o trabalho do Senado. As publicações mais vendidas no estande da Casa foram a

Constituição, em livro e em disquete, e o novo Código de Trânsito Brasileiro. Chamou a atenção dos visitantes a coleção "Memória Brasileira", composta de obras raras que o Senado republica em fac-símile. Dessa coleção, a obra mais vendida foi *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício, uma crônica dos acontecimentos de Canudos.

Bessa discute o problema da seca na TV Senado

Soluções simples para reduzir os efeitos da seca no Nordeste - foi o que defendeu o senador Djalma Bessa (PFL-BA) em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje às 7h, 9h30 e 12h15. Djalma Bessa apontou e comentou problemas como a construção de barragens distantes das áreas de plantio e a falta de técnicos especializados em irrigação. Ele também cobrou perseverança do governo nas ações de combate à seca.

E o programa "Mulheres em Debate" vai discutir terapias alternativas como a iridologia, a homeopatia, a análise mineral do cabelo e a psicologia transpessoal. Foram convidadas para o programa, que vai ao ar às 8h e às 13h15 na TV Senado, a homeopata e iridóloga Liane Beringhs e a psicóloga Cristina Carvalhedo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Djalma Bessa (PFL-BA) sobre a seca que está ocorrendo no Nordeste brasileiro
- 8h - Mulheres em Debate - com a dra. Liane Beringhs (homeopata e iridóloga) e a psicóloga Cristina Carvalhedo sobre as técnicas terapêuticas holísticas
- 9h30 - Entrevista com o senador Djalma Bessa (PFL-BA) sobre a seca que está ocorrendo no Nordeste brasileiro
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que destina 50% das receitas da privatização para aplicação na área da saúde, educação e reforma agrária (vivo)
- 12h15 - Entrevista com o senador Djalma Bessa (PFL-BA) sobre a seca que está ocorrendo no Nordeste brasileiro
- 13h15 - Mulheres em Debate - com a Dra. Liane Beringhs (homeopata e iridóloga) e a psicóloga Cristina Carvalhedo sobre as técnicas terapêuticas holísticas

- 14h30 - Sessão plenária deliberativa. Votação do projeto de lei que regulamenta os planos e seguros de saúde (vivo)
- 19h - Sessão do Congresso Nacional - votação de medidas provisórias
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Especial Seca - Debate com o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e o deputado federal Roberto Pessoa (PFL-CE) sobre a seca no Nordeste e a utilização do no São Francisco para abastecimento da região
- 22h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Agenda Econômica - com o governador do Distrito Federal Cristovam Buarque sobre desemprego.
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 7h30



Maldaner lamentou êxodo

Maldaner defende valorização do interior

A aplicação de políticas de interiorização do desenvolvimento foi defendida ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), sob o argumento de que a concentração da população nos grandes centros causa problemas de saneamento básico, segurança e moradia.

Maldaner observou que o êxodo para as grandes cidades ocorre principalmente nos municípios pequenos e entre as pessoas mais jovens. "Cada vez mais gente vai para as grandes cidades, imaginando que lá encontrará a felicidade", comentou.

"Sem uma política de interiorização, não há como ocupar geográfica e equitativamente o país", afirmou Maldaner. Para o senador, uma solução seria o incentivo do BNDES à criação de empresas no interior.

Outra sugestão seria a participação do Banco do Brasil, através das agências de pequenas cidades e de seus funcionários. Para manter os funcionários nas cidades pequenas, o senador sugeriu que recebessem um incentivo na remuneração.

"É necessária a atuação de vários ministérios em harmonia", pregou. O senador acredita que, para motivar o jovem a ficar e a produzir nas cidades pequenas, é preciso haver educação, saúde, lazer e emprego nesses locais.

Maldaner reconhece que não se trata de um projeto para curto prazo. "Mas é preciso fazer algo", comentou. Ele lembrou a atuação de Juscelino Kubitschek, que, com a criação de Brasília, ajudou a desenvolver o interior do país.

O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Botafogo Gonçalves, poderá ser convocado para falar sobre destino do programa

Palmeira cobra do governo retomada do Proálcool

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) anunciou ontem, da tribuna, que apresentará à Mesa requerimento de convocação do ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Botafogo Gonçalves, para que ele "explique porque o grupo de trabalho de reativação do Proálcool foi instalado mas não funciona".

— Estamos sufocados com tantas promessas do governo. O Proálcool é fundamental para a geração de empregos no Nordeste, especialmente em Alagoas. Há um ano o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou na ONU que o programa seria reativado e até agora nada de efetivo foi



Palmeira lembra empregos

feito — lamentou.

Reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, que dá detalhes da intenção do governo dos EUA de misturar álcool à gasolina para reduzir

a poluição ambiental, foi citada por Guilherme Palmeira. "É chocante saber que os norte-americanos vão implantar um projeto para produção de álcool combustível, enquanto o Brasil praticamente desativa seu Proálcool, um projeto pioneiro no mundo", afirmou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) observou que "nenhum programa gera tanto emprego e de forma tão barata", lembrando que, na indústria automobilística, a criação de um emprego chega a exigir investimentos de R\$ 5 milhões. "Não posso admitir que se abandone um programa que os brasileiros conseguiram implantar a duras penas."

Lobão prevê liderança dos Estados Unidos no setor até 2005

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem a iniciativa governamental de prorrogar para novembro a liberação dos preços do álcool hidratado e da cana-de-açúcar, antes fixada por uma portaria ministerial para 1º de maio. Mas voltou a lamentar o que considera descaso do poder público em relação ao setor, lembrando o êxito tecnológico do Proálcool.

— Em que pese a todos os motivos sócio-econômicos e estratégicos que nos aconselhariam a prosseguir no aprimoramento tecnológico do aproveitamento do álcool e da cana-de-açúcar, ainda assim foram relegados a segundo plano os brasileiros que acreditaram nas promessas oficiais, que, passo a passo, vêm sendo descumpridas — afirmou.

Conforme Lobão, enquanto se destrutura um empreendimento da maior relevância para a economia brasileira, os norte-americanos, absorvendo nossa tecnologia, preparam-se



Lobão vê importância estratégica

para atingir, até o ano 2005, a liderança mundial do setor alcooleiro. Informando que, nos Estados Unidos, existem apenas 40 postos com bombas de álcool, contra 25 mil existentes no Brasil, ele afirmou não ter dúvida de que os americanos multiplicarão suas bombas da noite para o dia.

O senador disse que os Estados Unidos planejam prorrogar os incentivos que já dão ao álcool, subsidiando seu consumo com incentivo maior que o oferecido no Brasil. Enquanto isso, as fábricas da GM, Ford

e Chrysler programam-se para oferecer à venda, nos próximos anos, milhões de carros com motores preparados para receber até 85% de álcool na mistura com a gasolina.

Edison Lobão considera incrível que o Brasil enxergue as perspectivas oferecidas pela produção alcooleira, mas aja no sentido de impedi-la. Ele reconheceu que, na atual conjuntura, o álcool não pode competir com a gasolina, mas frisou que sua importância é estratégica, política e social, além de econômica.

— Produzimos um terço da cana-de-açúcar do mundo e temos, portanto, um complemento alternativo imediato para a energia elétrica, o que raras nações podem ter — sustentou ele. Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que há algum tempo Edison Lobão vem alertando inutilmente o poder público para o que acontece com o Proálcool.



Bezerra pretende evitar perdas

Bezerra pede maior controle para edificações

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer condicionar o início de qualquer edificação à aprovação do respectivo projeto técnico por órgão municipal competente. Os condôminos terão a alternativa de submeter seu projeto técnico ao julgamento de profissional de sua confiança, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).

Segundo o senador, "desse modo, o poder público municipal ficará obrigado a impedir o início de qualquer edificação cujo projeto técnico não tenha sido aprovado". Bezerra pretende, com o projeto, evitar que "os condôminos continuem a investir suas poupanças numa obra que, por erro técnico ou falha de concepção, esteja fadada ao insucesso e implique ofensa à segurança física de dezenas de famílias".

O texto atual, na alínea d do artigo 32 da Lei 4.591/96, a ser modificado pelo projeto do senador, prevê o arquivamento puro e simples do projeto de construção. Para Bezerra, a legislação "não dá aos condôminos qualquer garantia". Facultar ao poder público a verificação *a posteriori* da qualidade e da segurança da obra, dando ou não o *habite-se*, "pode ensejar situações de perdas econômico-financeiras para os condôminos", critica.

Carlos Bezerra pretende, com a nova redação, que o arquivamento do projeto de construção deixe de ser "mera formalidade para tornar-se uma exigência real".